

A HISTÓRIA DO DESCONHECIMENTO: DAS INTERDIÇÕES AO ESTUDO DA IGNORÂNCIA

Thiago Barbosa Soares¹

Resumo: Este artigo propõe uma investigação crítica e interdisciplinar da trajetória histórica, filosófica e epistêmica do “desconhecimento”, compreendido não como mera ausência ou lacuna de saber, mas como um fenômeno complexo, socialmente construído, epistemologicamente estruturado e politicamente funcional. Ao revisitar sua marginalização nas tradições filosóficas clássicas, sua reconfiguração com o advento da ciência moderna e sua recente consagração como objeto de estudo na agnotologia e nas epistemologias críticas, o texto busca delinear as formas pelas quais a ignorância foi concebida, operada e instrumentalizada em diferentes contextos históricos e institucionais. Por meio da articulação entre autores como Robert Proctor, Londa Schiebinger, Michael Smithson, Karl Merton, Miranda Fricker e Boaventura de Sousa Santos, exploram-se os mecanismos de produção deliberada do desconhecimento, seja por ocultamento, negligência seletiva, inibição institucional ou silenciamento epistêmico, e suas implicações nas disputas contemporâneas entre ciência, poder e cultura. A análise ressalta que a ignorância, longe de ser um ruído a ser eliminado no progresso linear do saber, pode ser cultivada estrategicamente, servindo a interesses específicos e sustentando hierarquias sociais e cognitivas. A partir dessa perspectiva, o artigo argumenta que compreender criticamente as dinâmicas do desconhecimento é essencial para desestabilizar os discursos hegemônicos sobre verdade e autoridade científica, combater as formas estruturais de desinformação e promover uma justiça cognitiva que valorize epistemologias plurais. Conclui-se que a epistemologia da ignorância, em vez de relativizar o saber, oferece uma chave interpretativa fundamental para enfrentar os desafios da tecnociência, da pós-verdade e das novas formas de colonialismo epistêmico na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: História da Ignorância. Desconhecimento. Sociologia do Conhecimento. Epistemologia. Agnotologia. Produção da Ignorância.

THE HISTORY OF UNKNOWNLEDGE: FROM PROHIBITIONS TO THE STUDY OF IGNORANCE

Abstract: This article proposes a critical and interdisciplinary investigation of the historical, philosophical, and epistemic trajectory of "ignorance," understood not as a mere absence or gap in knowledge, but as a complex, socially constructed, epistemologically structured, and politically functional phenomenon. By revisiting its marginalization in classical philosophical traditions, its reconfiguration with the advent of modern science, and its recent consecration as an object of study in agnotology and critical epistemologies, the text seeks to delineate the ways in which ignorance has been conceived, operated, and instrumentalized in different historical and institutional contexts. Through an articulation of authors such as Robert Proctor, Londa Schiebinger, Michael Smithson, Karl Merton, Miranda Fricker, and Boaventura de Sousa Santos, the text explores the mechanisms of deliberate production of ignorance, whether through concealment, selective neglect, institutional inhibition, or epistemic silencing, and its implications for contemporary disputes between science, power, and culture. The analysis highlights that ignorance, far from being a noise to be eliminated in the linear progress of knowledge, can be strategically cultivated, serving specific interests and sustaining social and cognitive hierarchies. From this perspective, the article argues that critically understanding the dynamics of ignorance is essential to destabilizing hegemonic discourses on truth and scientific authority, combating structural forms of misinformation, and promoting a cognitive justice that values plural epistemologies. It concludes that the epistemology of ignorance, rather than relativizing knowledge, offers a fundamental interpretative key to confronting the challenges of technoscience, post-truth, and new forms of epistemic colonialism in contemporary society.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador do Curso de Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins e pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

KEYWORDS: History of Ignorance. Ignorance. Sociology of Knowledge. Epistemology. Agnotology. Production of Ignorance.

INTRODUÇÃO

O conhecimento, tradicionalmente exaltado como a expressão mais elevada da racionalidade humana, é frequentemente alçado ao estatuto de fundamento das grandes narrativas civilizatórias, progresso técnico-científico e projetos de emancipação individual e coletiva. Desde a aurora da filosofia até os paradigmas tecnocientíficos contemporâneos, saber e razão foram investidos de autoridade ontológica e normativa, funcionando como dispositivos legítimos de ordenação do mundo, de domesticação da incerteza e de condução da história rumo a um ideal de esclarecimento. A modernidade, em particular, consolidou a crença na capacidade humana de acumular, sistematizar e aplicar conhecimentos com vistas ao domínio da natureza e à gestão racional da vida social.

Entretanto, essa apoteose do saber foi construída à custa do obscurecimento de seu avesso conceitual: o desconhecimento. Tradicionalmente concebido como falha, lacuna ou deficiência, uma simples ausência do que ainda não foi descoberto ou aprendido, o desconhecimento foi relegado à periferia da epistemologia e da história das ideias, tratado como ruído a ser eliminado no processo linear de aquisição do saber. Essa concepção deficitária, contudo, revela-se não apenas ingênua, mas epistemologicamente insustentável e politicamente comprometedora. Ela negligencia o fato de que a ignorância, longe de configurar um vácuo passivo, possui densidade própria, historicidade singular e funcionalidade estratégica. O desconhecimento pode ser cultivado com intencionalidade, instrumentalizado como recurso de poder, inscrito em regimes de verdade, ou mesmo naturalizado por estruturas sociais e institucionais que decidem, muitas vezes de forma silenciosa, o que pode, deve ou não ser sabido.

O presente artigo propõe, assim, uma arqueologia crítica do desconhecimento, rompendo com sua marginalização teórica e examinando suas múltiplas camadas de sentido. Busca-se evidenciar que a ignorância não apenas acompanha o saber como sombra inevitável, mas participa ativamente de seus processos constitutivos. Desde suas inflexões filosóficas clássicas, passando pela reconfiguração operada pela ciência moderna, até sua tematização recente em campos como a sociologia do conhecimento, a agnotologia² e as epistemologias

² A agnotologia investiga como a ignorância, em vez de ser uma simples falta de conhecimento, pode ser ativamente construída e promovida para fins específicos de controle social.

críticas, o desconhecimento tem se revelado um objeto epistemológico de primeira ordem, capaz de iluminar dinâmicas invisibilizadas entre saber, poder e cultura.

Ao situar a ignorância como fenômeno ativo e multifacetado — ora como limite heurístico da razão, ora como recurso político de dominação, ora como motor heurístico da investigação científica — este estudo visa não apenas revisar a história intelectual do tema, mas também propor sua centralidade nos debates contemporâneos. Em tempos marcados pela hiperinflação informacional, pela proliferação de desinformações calculadas e pela erosão da confiança em instituições de saber, compreender as formas, os usos e os efeitos do desconhecimento tornam-se condição indispensável para o exercício crítico da cidadania, para a defesa de uma ciência eticamente orientada e para a promoção de uma justiça cognitiva que acolha a pluralidade dos saberes, e dos não-saberes, que constituem o tecido social.

Diante desse cenário, este texto, em tom de ensaio, reflete a construção do desconhecimento como uma forma de intencionalidade humana. Para tanto, faz-se um recenseamento por ideais e autores sobre como parte desse desconhecimento é integrante de uma maneira específica de conceber a razão e seus instrumentos.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DESCONHECIMENTO: FILOSOFIA, CIÊNCIA, SOCIEDADE E EPISTEMOLOGIA CRÍTICA

A genealogia do desconhecimento remonta à fundação do pensamento ocidental, momento em que a filosofia inaugura não apenas a confiança na razão, mas também a autocompreensão dos seus limites. Desde os primórdios da tradição filosófica, a ignorância se apresenta como tensão constitutiva da atividade reflexiva, ora como falência a ser superada, ora como ponto de partida necessário à construção do saber. No diálogo *Apologia de Sócrates*, Platão atribui ao filósofo ateniense a célebre máxima “Só sei que nada sei” (21d), instaurando um paradoxo epistemológico inaugural: reconhecer a própria ignorância é, em si, um ato de sabedoria. Tal formulação não representa resignação ou niilismo, mas uma atitude metacognitiva diante da insuficiência do saber humano perante o mundo, uma forma de humildade epistemológica que impulsiona a busca pela verdade (PLATÃO, 2000).

Essa tensão permanece em Aristóteles, que ao desenvolver sua lógica e metafísica, sistematiza a distinção entre o conhecido e o desconhecido. Ao invés de conceber a ignorância como vazio amorfo, ele a delimita como campo específico de investigação, cuja inteligibilidade se dá por categorias e princípios racionais (ARISTÓTELES, 2002). Surge, assim, a ideia de que

há ignorâncias legítimas, temporárias, condicionadas, a serem superadas por um método sistemático, lançando as bases da epistemologia clássica. No entanto, ao longo da Idade Média, o desconhecimento passa a ser enquadrado por paradigmas teológicos. Sob o primado do cristianismo, o saber humano se submete a limites impostos pela transcendência. O interdito do saber, simbolizado pelo fruto proibido do Gênesis, transforma certos domínios em “mistérios divinos”, inacessíveis à razão e resguardados pela fé (AQUINO, 2009). Estabelece-se, então, uma forma teológica de ignorância, não apenas tolerada, mas sacralizada, necessária à manutenção da ordem espiritual e à contenção da hybris racional.

É apenas com a Revolução Científica que se inicia uma reconfiguração profunda da ignorância. A virada epistemológica dos séculos XVI e XVII redefine o desconhecimento como território a ser explorado, colonizado, vencido. Francis Bacon, em *Novum Organum* (1620), proclama que “conhecimento é poder”, invertendo o signo da ignorância: ela passa a representar uma fraqueza social, política e cognitiva a ser erradicada por meio do método empírico e da indução racional (BACON, 2005). O desconhecido torna-se fronteira científica, espaço promissor de descoberta e controle. René Descartes, por sua vez, radicaliza essa perspectiva com a dúvida metódica, concebida como mecanismo para expurgar erros e construir certezas indubitáveis. A ignorância aparece aqui como obstáculo cognitivo, como negação da clareza e da evidência, devendo ser vencida por dedução e análise rigorosa (DESCARTES, 1999).

O projeto iluminista, no século XVIII, consagra essa lógica. Inspirados por ideais de progresso e liberdade, filósofos como Voltaire, Diderot e Condorcet passam a ver a ignorância, especialmente a imposta por instituições e dogmas religiosos, como principal inimiga da razão e da autonomia. A difusão do saber torna-se imperativo ético e político. Nesse contexto, a ignorância não é apenas um estado individual de não saber, mas uma condição estrutural a ser transformada pela educação e pela ciência (CASSIRER, 1992). A modernidade instaurada pelo Iluminismo sedimenta, assim, a concepção da ignorância como atraso, como superstição, como entrave ao desenvolvimento das potencialidades humanas.

Contudo, no século XX, essa concepção linear e triunfalista do conhecimento começa a ser desconstruída pelas ciências humanas e sociais. A ignorância passa a ser pensada não como simples carência, mas como construção social, cultural e política. A sociologia do conhecimento, notadamente por meio de Karl Mannheim, introduz a ideia de que todo saber é socialmente situado, e, portanto, também o não saber o é. Em *Ideologia e Utopia* (1929), Mannheim demonstra que os modos de conhecer, e de ignorar, estão condicionados pelas posições sociais dos sujeitos, de modo que grupos dominantes tendem a promover formas de

saber que obscurecem ou marginalizam realidades incômodas (MANNHEIM, 1972). O desconhecimento, portanto, pode ser funcional à manutenção de ideologias.

Robert K. Merton, no mesmo espírito, introduz o conceito de *ignorância pluralística*, revelando como normas sociais indesejadas podem persistir por meio da crença equivocada de que todos as aceitam, quando na realidade a maioria as rejeita em privado. Essa forma de ignorância é relacional, dinâmica e baseada na opacidade intersubjetiva, mostrando que a ignorância também opera como efeito das percepções sociais (MERTON, 1987). Complementarmente, Ludwik Fleck propõe uma abordagem epistemológica que antecipa muitos debates pós-kuhnianos: para ele, os "coletivos de pensamento" determinam não apenas o que é considerado verdadeiro, mas também o que é desprezado, esquecido ou tido como incognoscível. Assim, o desconhecimento é instaurado como resultado das práticas de validação e exclusão dos paradigmas dominantes (FLECK, 2010).

É nesse contexto de crescente problematização que, ao final do século XX, emerge a *Agnotologia*, proposta pelo historiador da ciência Robert N. Proctor como campo específico dedicado ao estudo da produção da ignorância. Rompendo definitivamente com a ideia de que o desconhecimento seria apenas ausência passiva, Proctor e Schiebinger (2008) demonstram que a ignorância pode ser intencionalmente fabricada por interesses políticos e econômicos. O caso paradigmático é o da indústria do tabaco, que deliberadamente financiou estudos científicos enviesados e disseminou dúvidas sobre os malefícios do cigarro com o intuito de retardar regulamentações sanitárias. Essa *ignorância fabricada* revelou-se um dispositivo de controle informacional, uma estratégia sofisticada de ocultamento.

O modelo da dúvida estratégica, posteriormente descrito por Naomi Oreskes e Erik Conway (2010), mostra-se replicável: setores industriais e políticos passaram a adotar o mesmo *modus operandi* em debates sobre aquecimento global, pesticidas, energia nuclear e saúde pública. A ignorância torna-se, nesse cenário, um artefato produzido, circulado e instrumentalizado. Michael Smithson (1989; 2015), ao oferecer uma tipologia da ignorância, amplia ainda mais esse panorama, distinguindo entre ignorância como tabu (saber proibido), como perda futura (o ainda não descoberto), como segredo (conhecimento ocultado), como incomensurabilidade (intraduzibilidade entre paradigmas) e como incerteza (limite probabilístico do saber). Essa categorização revela a complexidade do fenômeno, com implicações epistemológicas e ético-políticas.

A contemporaneidade, por sua vez, aprofunda essas perspectivas com abordagens críticas que situam a ignorância no cerne das disputas por visibilidade, representação e poder.

A epistemologia da ignorância, sobretudo nas contribuições de Nancy Tuana e Charles Mills, escancara os mecanismos estruturais pelos quais não saberes são fabricados, mantidos e legitimados. Tuana (2006) mostra como instituições educacionais, jurídicas e científicas operam sistematicamente apagamentos de saberes sobre gênero, sexualidade e corporeidade. Mills (2007), ao cunhar o termo *ignorância branca*, denuncia a recusa histórica, consciente e inconsciente, do privilégio racial por parte das elites brancas, evidenciando que a ignorância pode ser instrumento de supremacia e violência simbólica.

Stuart Firestein (2012), em contraposição, oferece uma inflexão propositiva ao resgatar a noção da ignorância produtiva. Para ele, o “saber do não saber” é motor da ciência: não é a resposta que move a pesquisa, mas a formulação precisa de boas perguntas. A ignorância, nesse sentido, é combustível heurístico, catalisador do progresso científico e intelectual. Essa visão conecta-se com debates mais amplos sobre as relações entre incerteza, complexidade e democracia.

Sheila Jasanoff e Boaventura de Sousa Santos, por fim, problematizam os modos como as sociedades contemporâneas devem lidar com a ignorância. Para ambos, a distinção entre “ignorâncias necessárias”, decorrentes da complexidade dos sistemas técnico-científicos, e “ignorâncias perversas”, fabricadas por interesses ocultos, exige uma ética do saber. Essa ética passa pelo reconhecimento da pluralidade epistêmica, pela ampliação da participação pública na definição dos saberes legítimos e pela promoção da justiça cognitiva como horizonte democrático (JASANOFF, 2007; SANTOS, 2018). O desconhecimento, em sua historicidade e multiplicidade, revela-se, portanto, elemento estruturante da condição humana, cujo enfrentamento exige não apenas mais saber, mas saberes outros, distribuídos, críticos e plurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IGNORÂNCIA COMO CHAVE EPISTÊMICA E POLÍTICA

A trajetória da ignorância, de sua condição subalterna na tradição filosófica clássica à sua recente legitimação como objeto epistêmico robusto, revela não apenas uma inflexão teórica, mas uma reconfiguração profunda das formas como concebemos o saber, o poder e a verdade. Longe de representar mera ausência ou déficit cognitivo, o desconhecimento emerge, hoje, como fenômeno multifacetado, atravessado por forças históricas, interesses políticos e disputas simbólicas que configuram sua produção, circulação e funcionalidade social.

A genealogia do desconhecimento denuncia, portanto, a insuficiência de visões binárias que opõem saber e ignorância, verdade e erro, ciência e superstição. Ao contrário dessas dicotomias estanques, evidencia-se que o desconhecimento pode ser fabricado com intencionalidade estratégica, sustentado por estruturas institucionais ou mesmo constituir condição necessária para o avanço da ciência e da crítica. Nesse contexto, torna-se urgente o desenvolvimento de um letramento epistêmico que inclua não apenas o domínio do que se sabe, mas também a consciência crítica sobre o que se ignora — e por que se ignora.

Reconhecer as funções do desconhecimento, em sua complexidade, é fundamental para desconstruir os dispositivos de desinformação e obliteração cognitiva que comprometem a integridade do debate público e corroem os fundamentos da cidadania democrática. A ignorância, muitas vezes, é produzida deliberadamente para obscurecer verdades incômodas, sustentar privilégios ou fomentar polarizações sociais. É também decisivo para compreender os limites constitutivos da racionalidade científica, cujos métodos, paradigmas e escolhas investigativas são atravessados por valores, ideologias e exclusões. A ignorância, nesse caso, não é uma falha do sistema científico, mas parte inerente de seu funcionamento contingente e autocorretivo.

Além disso, é necessário promover uma alfabetização da ignorância, isto é, formar sujeitos capazes de reconhecer criticamente as formas, os usos e os efeitos do não saber em diferentes domínios, do político ao científico, do educacional ao midiático. Essa competência epistêmica não implica a celebração do obscurantismo, mas sim a lucidez diante da opacidade constitutiva de todo saber. Finalmente, torna-se imprescindível garantir justiça cognitiva por meio da valorização de epistemologias plurais e do reconhecimento de saberes historicamente silenciados, como os das populações indígenas, afrodescendentes, periféricas ou subalternizadas. O combate à ignorância, nesse horizonte, não se faz apenas pela difusão do saber hegemônico, mas pela escuta ativa das racionalidades outras.

Nesse sentido, cultivar uma epistemologia da ignorância é, paradoxalmente, um dos gestos mais esclarecidos e politicamente necessários da contemporaneidade. Em um mundo atravessado por infodemias, negacionismos e complexas tecnociências, enfrentar o desconhecimento como problema filosófico, sociológico e político não é rendição ao ceticismo, mas defesa radical do próprio conhecimento como bem público. A ignorância, pensada criticamente, revela-se não como ameaça, mas como possibilidade: de autocompreensão, de transformação social e de resistência epistêmica.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Tradução de Aldo Vannucchi et al. São Paulo: Loyola, 2009. (Coleção Pensamento Humano).
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 2002.
- BACON, Francis. **Novum Organum**. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores).
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).
- FIRESTEIN, Stuart. **Ignorance: How It Drives Science**. New York: Oxford University Press, 2012.
- FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- JASANOFF, Sheila. **Designs on Nature: Science and Democracy in Europe and the United States**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Tradução de Sérgio Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MERTON, Robert K. Three Fragments from a Sociologist's Notebooks: Establishing the Phenomenon, Specified Ignorance, and Strategic Research Materials. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p. 1-28, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.so.13.080187.000245>. Acesso em: 28 out. 2024.
- MILLS, Charles W. White Ignorance. In: SULLIVAN, Shannon; TUANA, Nancy (Ed.). **Race and Epistemologies of Ignorance**. Albany: State University of New York Press, 2007. p. 11-38.
- ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming**. New York: Bloomsbury Press, 2010.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Tradução de Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Martin Claret, 2000. (Coleção Obra-Prima de Cada Autor).
- PROCTOR, Robert N.; SCHIEBINGER, Londa (Ed.). **Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance**. Stanford: Stanford University Press, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2018.

SMITHSON, Michael. **Ignorance and Uncertainty: Emerging Paradigms**. New York: Springer-Verlag, 1989.

SMITHSON, Michael. Ignorance Studies. In: WRIGHT, James D. (Ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2. ed. v. 11. Oxford: Elsevier, 2015. p. 610-615.

TUANA, Nancy. The Speculum of Ignorance: **The Women's Health Movement and Epistemologies of Ignorance**. *Hypatia*, v. 21, n. 3, p. 1-19, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2006.tb01110.x>. Acesso em: 28 out. 2024.

Recebido: 31 de julho de 2025

Aceito: 30 de setembro de 2025